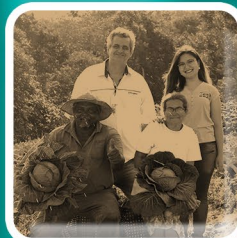


04
NOVEMBRO 2017

REVISTA INOVAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA | PR





O objetivo é reconhecer a proatividade e identificar protagonistas de uma gestão pública comprometida com resultados e sustentabilidade de serviços, bem como promover a atualização na área da gestão com a abordagem de temas que sirvam como referência e colaborem para a qualificação da administração pública.

PARANÁ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA



© Freepik



NA PRÁTICA

- 05 Sistema de informações gerenciais e de controle interno da GCE
- 46 Oficina de modelagem de indicadores da Adapar



ESPECIAL

- 06 Planejamento Estratégico participativo na Seap



ENFOQUE ACADÊMICO

- 08 Juventudes Rurais no Território Integração Norte Pioneiro do Paraná



MUNICÍPIO EM FOCO

- 32 Curitiba/PR • Comunicação da Câmara resgata histórias de Curitiba
- 34 Porecatu/PR • Contratualização de ações nas secretarias municipais de Porecatu



COM A PALAVRA

- 36 Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Juraci Barbosa Sobrinho, fala sobre os desafios da gestão pública



DESTAQUE

- 38 Paraná sediou o 104.º Fórum Consad
- 40 Saúde premia projetos inovadores
- 42 Portal da Transparência qualifica informações
- 44 Junta Comercial cria o Empresa Fácil



BOAS PRÁTICAS



ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 12 Projeto Piracema
- 14 Colmeia
- 16 Sonhar é preciso, realizar é possível
- 18 Atendimento à criança e ao adolescente



AGRICULTURA

- 20 Indicando caminhos e encontrando soluções
- 22 Ação multidisciplinar com famílias rurais
- 24 Novos rumos
- 26 Oficina de reaproveitamento de alimentos



SAÚDE

- 28 Proteção de nascentes na agricultura familiar
- 30 1.ª Mobilização intersetorial de combate ao *Aedes aegypti*



► O diálogo proativo

A administração pública tem buscado fortalecer o processo participativo como uma de suas premissas básicas. Nesse sentido, as ideias e os projetos apresentados pelos servidores precisam ser levados em conta quando o objetivo maior é o bem-estar da comunidade. O Governo do Estado e a Secretaria da Administração e da Previdência, em particular, têm estimulado essa atuação proativa, na qual o diálogo é peça fundamental.

O serviço público, muitas vezes criticado em função da burocracia, é um bom campo para que ideias criativas sejam transformadas em boas práticas. A Revista Inovação em Gestão Pública/PR, que chega na 4.^a edição, tem comprovado isso. São histórias selecionadas das boas práticas registradas no Observatório de Inovação em Gestão Pública no Paraná.

Nesta edição detalha-se, entre outras experiências, a iniciativa da Secretaria da Administração e da Previdência em promover, de forma participativa, a elaboração de um planejamento estratégico a ser colocado em prática até o fim de 2018.

Também destaca-se a participação especial da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (Seds), que fez uma chamada pública convidando seus servidores a registrarem as boas práticas dentro do Programa Família Paranaense.

Das várias ações relacionadas pelos servidores da Seds, as primeiras dez estão detalhadas nesta edição. Elas têm como temas centrais: assistência social, educação, habitação, saúde, agricultura e trabalho. Estes e todos os outros bons exemplos que você terá a oportunidade de conhecer nesta revista confirmam a máxima de que podemos fazer um mundo melhor a partir da colaboração de cada um.

Se suas ações têm feito a diferença no local onde você trabalha, registre-as no Observatório de Inovação em Gestão Pública no Paraná. Elas poderão ser replicadas e gerar melhorias em outras áreas de atuação no Estado.

Boa leitura!



O serviço público, muitas vezes criticado em função da burocracia, é um bom campo para que ideias criativas sejam transformadas em boas práticas.



FERNANDO GHIGNONE

Secretário de Estado da Administração e da Previdência





Sistema de INFORMAÇÕES GERENCIAIS e de CONTROLE INTERNO

Recentemente, a direção geral da Controladoria Geral do Estado (CGE) percebeu a necessidade de um sistema mais eficaz para realizar o controle das despesas administrativas do Órgão. Até o início deste ano, o controle era feito por meio de diversas planilhas, o que não garantia um resultado confiável.

Além disso, as informações sobre as atividades do Órgão precisavam ser reunidas e disponibilizadas em local de fácil acesso. Para atender a essa demanda, o assessor técnico da CGE, Angel Alixsander Eing, com a colaboração do chefe do GAS, Evaldo Rodrigues de Barros, desenvolveu o "Sistema de Informações Gerenciais e de Controle Interno – Módulo GAS".

A implantação do sistema digital congregou diversos conteúdos, que antes eram disponibilizados em papel, facilitando o acesso, a leitura e proporcionando mais segurança. A otimização de tempo resultante gerou mais economia, melhor aplicação do recurso público e mais eficácia na realização do trabalho. 📺

Mais agilidade e segurança nos processos da CGE

© Divulgação



ANGEL ALIXSANDER EING
ASSESSOR TÉCNICO DA
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Para assistir à matéria e saber mais sobre o sistema, acesse o link abaixo.

[Produção: equipe de TV e vídeo da Agência Estadual de Notícias]

[Clique aqui](#)





Planejamento estratégico *participativo na Seap*

Secretaria da Administração e da Previdência soma ideias e esforços para planejar passos até o fim de 2018

“É preciso trazer para dentro de casa ideias, sugestões e críticas. Elas são ferramentas que com certeza enriquecerão a gestão”. Com estas palavras o secretário da Administração e da Previdência, Fernando Ghignone, propôs, assim que assumiu o cargo em meados de junho deste ano, a mobilização de todos os servidores da Seap na elaboração de um planejamento estratégico a ser cumprido até o final de 2018. “O espírito de colaboração será o motivador. Todos os servidores precisam estar envolvidos e serem ouvidos”, reforçou.

A primeira fase do processo contou com um questionário entregue aos gestores de cada um dos departamentos e coordenadorias da Seap, dos Grupos Administrativos Setoriais (GAS) e dos Grupos de Recursos Humanos Setoriais (GRHS), com o objetivo de identificar as questões estruturantes que subsidiariam a elaboração do plano. As perguntas tinham como foco as dificuldades de gestão e atuação intersetorial, deficiências estruturais, dimensionamento de força de trabalho, possibilidades de inovação, entre outros. Mesmo não sendo obrigatório, a maioria dos gestores optou por discutir as respostas diretamente com os servidores.

Nesse mesmo período, os principais órgãos do Estado que demandam o serviço da Secretaria da Administração e da Previdência ou com os quais a instituição tem relação mais próxima foram consultados. Chefes dos GAS e GRHS dos vários órgãos estaduais foram con-

vocados para um alinhamento das propostas apresentadas nos questionários. De outro lado, diretores, coordenadores, gerentes e chefes de setores da Seap participaram de workshops versando sobre Gestão para Resultados, Gestão de Projetos, Alinhamento de Estratégia e Modelagem de Indicadores, Monitoramento e Avaliação.

Desse processo afloraram algumas necessidades:

- 1 - estabelecer e fortalecer objetivos levando em consideração as possibilidades e o tempo;
- 2 - valorizar e aumentar a capacidade institucional, por meio da priorização de ações;
- 3 - amplificar e melhorar a qualidade do relacionamento interno e externo.

Partiu-se, então, para a segunda fase, com a formulação do planejamento e alinhamento das estraté-

gias. Foram apontados 59 projetos, dos quais 35 elencados como estratégicos e prioritários. Nesse ponto, ficaram definidos prazos, pessoas envolvidas e plano de inovações a serem implementadas, mas tendo sempre a porta aberta para repensar ou refazer o caminho, por meio do diálogo. “Queremos ouvir sempre para, se preciso, corrigir rumos, e também para fortalecer o que já é bem-feito”, reforçou o secretário.

PROJETOS

Desde o início, por orientação da direção da Secretaria da Administração e da Previdência, o processo ficou alicerçado em alguns princípios básicos: inovação, modernidade e agilidade. “No serviço público, é preciso desburocratizar os processos para que as ações cheguem aos cidadãos de forma mais rápida; isso pressupõe que os servidores estejam sempre atentos à inovação e usem da criatividade no trabalho do dia a dia”, disse o diretor-geral da secretaria, Francisco Cesar Farah.

Nesse sentido, um dos projetos em que vários setores da Seap estão envolvidos é o de aprimoramento ou implantação de procedimentos digitais. Referências, por exemplo, aos estudos para adoção de protocolo eletrônico para solicitação, trâmite e análise de pedidos de aposentadorias e abono de permanência. No mesmo rumo está o processo de tramitação digital dos documentos para leilão, doação ou cessão de veículos e para contratação de bens e serviços, assim como

para agendamento eletrônico de perícias na Coordenadoria de Segurança e Saúde Ocupacional.

Também já estão trilhando o caminho do desenvolvimento os projetos estratégicos que possuem financiamento do Banco Mundial (Bird). Entre eles, a contratação de consultorias especializadas para dimensionar a força de trabalho do Estado do Paraná e para propor um novo modelo de gestão, composição e dimensionamento da frota estadual, assim como um sistema que acompanhe todo o histórico de um veículo desde o momento da incorporação ao Estado até a inservibilidade. Ainda com relação à frota, o Estado estuda a economicidade com a adoção de combustível alternativo.

Na área de recursos humanos, o Estado já iniciou o programa de recadastramento dos servidores, conhecido como Atualiza, igualmente incorporado ao planejamento estratégico da Secretaria da Administração e da Previdência, com vistas à adesão ao eSocial, programa do governo federal que unificará a prestação de informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas de todos os brasileiros.

Estrategicamente, o Departamento de Assistência à Saúde está contratando consultoria especializada com a missão de propor três modelos de assistência à saúde a serem discutidos pelos servidores como substituto do atual SAS. No mesmo departamento, desenvolvem-se sistemas com o objetivo de melhorar a troca de

informações entre o poder público e as contratadas.

Os serviços de licitações, compras e administração de bens e serviços, vinculados à Seap, tendem a se tornar mais dinâmicos à medida em que o planejamento estratégico for colocado em prática, particularmente no que diz respeito à implantação de um canal de comunicação no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), que promova diálogo permanente entre os fornecedores e os órgãos do Estado.

A gestão de bens móveis e imóveis também ganhará em modernidade com a instituição de manuais de padronização. Com isso, será possível ter mais agilidade na tramitação de processos e redução de retrabalhos. Como parte do planejamento estratégico, a Coordenadoria do Patrimônio do Estado vem realizando o cadastro imobiliário e o georreferenciamento em todo o Estado. “Tudo isso faz parte de um legado a ser deixado ao Paraná”, salientou o secretário Fernando Ghignone. ■

Para garantir uma gestão transparente, democrática e produtiva na execução dos projetos, a Secretaria da Administração e da Previdência optou pelo uso da ferramenta Clarity, aperfeiçoada pela Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Paraná (Celepar). Conforme for cumprindo etapas do projeto estratégico, o responsável tem o compromisso de atualizar o sistema. Desta forma, as chefias podem acompanhar o histórico das metas estabelecidas, o cumprimento do cronograma proposto e o percentual de execução.





Juventudes rurais no Território Integração **Norte Pioneiro do Paraná**

Um estudo dos fatores que interferem na decisão dos jovens permanecerem ou não no meio rural

Os jovens estão indo embora do campo. Os jovens não querem mais ficar no sítio. Essas afirmações, comuns em eventos voltados aos agricultores familiares, mexeram com a servidora pública Luciana Moraes, que atua como economista doméstico no Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).

Ela resolveu estudar a situação e sua análise transformou-se em dissertação de mestrado em Políticas Públicas, realizado na Universidade Estadual de Maringá, entre 2012 e 2014. “Busquei investigar a realidade vivenciada pelos jovens rurais, filhos e filhas de agricultores familiares, com idade entre 15 e 29 anos, além de trazer a discussão sobre o papel das políticas públicas neste contexto”, explica Luciana.

O trabalho foi realizado em parceria com duas Casas Familiares Rurais. De acordo com ela, o desafio inicial foi passar da ideia simples de que ‘não temos mais jovens no meio rural’ para dados concretos de perda (ou não) de população em idade jovem no campo. “Ao invés de dizer que os jovens não querem mais ficar no sítio, buscamos entender quais as motivações para ficar ou sair. E, a partir daí, traçar uma proposta de projeto de assistência técnica e extensão rural.”

Ela utilizou dados dos censos IBGE 2000 e 2010, e entrevistas e questionários com filhos de agricultores familiares, assentados e beneficiários do crédito fundiário de sete municípios do Território Integração do Norte Pioneiro, cujas famílias tinham como principais atividades produtivas o cultivo do café, fruticultura, olericultura e gado de leite.



“Verificou-se que é a população em idade jovem, de 0 a 24 anos, que mais deixa o território e, nessa, as mulheres saem mais do que os homens. Por outro lado, constatou-se o aumento do número de habitantes com idade acima de 40 anos, tendência também observada no Brasil”, relata a pesquisadora.

RESULTADOS OBTIDOS

O estudo revelou que os tradicionais problemas enfrentados pela agricultura familiar também se fazem presentes no contexto analisado, como é o caso da concentração fundiária, a dificuldade de acesso à terra, baixo rendimento e distanciamento em relação ao meio urbano.

A pesquisadora destaca outras questões específicas da juventude rural, como a dificuldade de acesso à renda de forma autônoma, educação tradicional que desvaloriza o meio rural, dificuldade de acesso ao ensino superior, desigualdade de gênero, desvalorização da opinião dos jovens na tomada de decisões, preconceitos e tabus relacionados à identidade do jovem rural e desconhecimento e dificuldade de acesso às políticas públicas.

“Por outro lado, à medida que os jovens conseguem ter acesso à ocupação e renda na propriedade, relações mais flexíveis na família, acesso às políticas públicas para estruturação da propriedade, facilidade de acesso ao meio urbano e educação conectada à sua realidade, crescem as possibilidades de permanecerem no meio rural, o que foi o desejo manifestado pela maioria dos entrevistados”, ressalta Luciana.

A partir destes resultados, foi apresentada ao Emater uma proposta de trabalho com os jovens da agricultura familiar do Território Integração Norte Pioneiro, chamado “Projeto Jovens Fruticultores”. A finalidade é incentivar a capacitação e organização produtiva nos municípios de Ibaí, Japira, Jaboti e Pinhalão, bem como o apoio à diversificação das propriedades familiares, com geração e apropriação de renda pelos jovens, por meio da fruticultura.



Ao invés de dizer que os jovens não querem mais ficar no sítio, buscamos entender quais as motivações para ficar ou sair. E, a partir daí, traçar uma proposta de projeto de assistência técnica e extensão rural.



Foto do técnico em Agropecuária Eduardo Roberto Dias e família.

© Acervo pessoal Eduardo R. Dias





“São beneficiados pelo projeto (a cada turma) em torno de 70 jovens agricultores familiares ou filhos de agricultores familiares, entre 15 e 29 anos de idade. Destacamos, entre outras, a parceria com o Núcleo Regional de Educação de Ibaiti, por meio das escolas do campo, desde o início do projeto, em outubro de 2015”, diz Luciana.

Neste ano, foi firmada ainda parceria com a prefeitura de Ibaiti, que colocou recursos financeiros não reembolsáveis para a implantação de unidades de produção de abacaxi e maracujá nas propriedades de dez jovens que se destacaram durante o processo de capacitação.

O técnico em Agropecuária pela Casa Familiar Rural de Figueira, Eduardo Roberto Dias, de 20 anos, foi um dos contemplados com duas unidades. Ele mora em Ibaiti com a família e produz café, leite, suínos e galinhas caipiras. Eduardo optou por permanecer no campo após participar de encontros, em que se abordava o tema êxodo rural, com relatos de jovens que foram embora e voltaram, principalmente devido à superlotação das áreas urbanas.

“Mas o fator decisivo para a minha permanência foi a oportunidade de me qualificar na área que trabalho, assim podendo aumentar



a produção e melhorar a qualidade dos nossos produtos”, diz o técnico.

Ele avalia que o trabalho de Luciana foi muito importante, pois incentivou os jovens e alimentou sonhos de oportunidades para permanecer no campo com uma renda viável. Agora, os planos de Eduardo são aumentar a produção de leite, iniciar a fruticultura na propriedade e potencializar a produção de café em menos espaço, com melhor qualidade de frutos.

“Meu sonho é poder irrigar minhas pastagens e minhas lavouras para obter melhor resultado e desempenho, ter uma situação financeira mais tranquila e, principalmente, gerar empregos, dando oportunidade de outros jovens e adultos permanecerem no campo com uma melhor qualidade de vida. E poder fazer a minha tão sonhada faculdade de Agronomia”, conclui o técnico. 📧

A dissertação “Juventudes Rurais no Território Integração Norte Pioneiro do Paraná” foi apresentada nos seguintes eventos:

- Encontro Nacional dos Pesquisadores e Pesquisadoras de Políticas de Juventude – Brasília/ DF, em setembro de 2014;
- 17.º Congresso Brasileiro de Sociologia – Porto Alegre/ RS, em julho de 2015;
- Seminário de Sucessão Rural na Agricultura Familiar no Paraná – Curitiba/ PR, em novembro de 2016;

E recebeu convite para publicação de parte dos resultados, em forma de artigo, no caderno Ipardes, julho de 2017.



Evento coletivo realizado pelo Projeto Jovens Fruticultores – Emater.



Boas práticas melhoram a vida *no campo e nas cidades*

O Programa Família Paranaense é o tema especial da seção Boas Práticas desta e da próxima edição da revista. Com objetivo de valorizar e divulgar ações bem-sucedidas, realizadas em nível municipal, regional ou estadual, a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (Seds), em parceria com a Escola de Gestão do Paraná, realizou uma chamada pública de registro de boas práticas no Observatório de Inovação em Gestão Pública no Paraná.

A chamada foi divulgada em todo o Estado e os trabalhos deveriam relatar experiências criadas pelas equipes intersetoriais e aplicadas com as famílias cadastradas no programa.

Entre os critérios exigidos estavam a replicabilidade, inovação, relato dos desafios e sua superação, apresentação dos resultados alcançados e utilização da metodologia do Família Paranaense, sendo a principal delas a intersectorialidade, entre atores e políticas públicas.

“A união entre áreas diferentes converge para a retirada de famílias da situação de vulnerabilidade social. Só com diagnósticos de várias perspectivas conseguimos o atendimento integral”, diz a secretária da Seds, Fernanda Richa. “Os relatos mostraram que uma boa prática sempre traz a marca de um trabalho feito com o coração e o respeito ao próximo.”

A coordenadora do Família Paranaense, Letícia Reis, ressalta que em seus quase seis anos de existência, o programa está presente em todos os municípios do Estado, atingindo mais de 300 mil famílias, e com resultados comprovados e efetivos.

“A parceria com as várias áreas do governo e com os municípios é a chave do sucesso do programa junto às famílias. Valorizar as boas práticas dos atores envolvidos nesta rede intersectorial é fomentar seu aprimoramento constante, disseminando ideias inovadoras e replicáveis para todos”, avalia Letícia.

Foram selecionadas dezesseis práticas, avaliadas por uma comissão de técnicos da Seds, para reconhecimento público do programa Boas Práticas, com divulgação em veículos de comunicação do Estado e nos eventos do Família Paranaense. Nesta edição, são apresentadas dez das ações realizados pelos Comitês Gestores do Programa Família Paranaense.

OS TRABALHOS ESCOLHIDOS ATENDEM AOS EIXOS PRIORITÁRIOS DE INTERVENÇÃO, ESTABELECIDOS PELO PROGRAMA:



ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Concessão de benefícios eventuais;
- Inclusão em serviços de Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE).



AGRICULTURA

- Assistência técnica para a produção agrícola familiar;
- Inclusão em programa de hortas e cozinhas comunitárias;
- Inclusão no programa de aquisição de alimentos.



EDUCAÇÃO

- Inclusão em escola em tempo integral;
- Inclusão em ações de ampliação de jornada;
- Cursos de alfabetização de jovens e adultos;
- Oferta de transporte escolar;
- Acesso a vaga, efetivação da matrícula e acompanhamento da permanência dos membros entre 6 e 14 anos.



HABITAÇÃO

- Construção, melhoria ou reforma da casa;
- Acesso a água, esgoto, luz.



SAÚDE

- Acompanhamento pré-natal;
- Vacinação das crianças;
- Acompanhamento de pacientes crônicos;
- Acesso a medicamentos;
- Agendamento de consultas médicas.



TRABALHO

- Qualificação profissional;
- Mediação de mão de obra pela Agência do Trabalhador;
- Oferta de oportunidades pela Economia Solidária;
- Acesso ao microcrédito sem juros;
- Transferência de renda direta às famílias rurais.



PROJETO PIRACEMA



© Acervo Seds

Iniciativa do
Programa
Família
Paranaense
rompe
paradigmas
e oferece um
novo olhar
para a família

Piracema é nadar contra a correnteza. Foi o que a equipe da Assistência Social do município de Pinhão fez ao implantar o Modelo de Acompanhamento Familiar do Programa Família Paranaense.

O objetivo foi proporcionar melhor qualidade de vida às famílias incluídas no programa, focando no trabalho interdisciplinar e no fortalecimento de vínculos. Para que isso acontecesse, houve uma atenção individualizada, com ações planejadas de acordo com a necessidade de cada família.

A ação foi desenvolvida entre setembro e dezembro de 2016 pela equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Órgão Gestor de Pinhão, composta pelas assistentes sociais Edalcléia Soraya Cavalheiro, Franciele Camargo, Iara Aparecida de Oliveira e Márcia Ferreira Nogueira. A equipe também contou com o apoio do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e da Casa Lar do município.

“Inicialmente, houve resistência por parte dos técnicos em adotar a metodologia, mas acreditamos na proposta e o resultado foi positivo. Além da adesão, houve pedido de implantação em outros setores”, explica Edalcléia.

SITUAÇÃO ANTERIOR

Em junho de 2012, Pinhão realizou a adesão ao Programa Família Paranaense, iniciando com a inclusão e acompanhamento de 40 famílias.

Devido à situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica, os participantes enfrentavam situações como: dependência química, conflitos intrafamiliares, violência doméstica, baixa autoestima, habitação precária, dificuldade de acesso às políticas públicas e ao saneamento básico.

A AÇÃO

A equipe do município realizou duas das quatro etapas propostas pelo modelo de Acompanhamento Familiar do Pro-



grama, iniciando com a visita domiciliar a quatro famílias. Na ocasião as famílias puderam assinar a carta de participação no Acompanhamento Familiar e confeccionaram o Eco-mapa, um instrumento para estudar a estrutura de oportunidades da família e perceber seu vínculo com a rede de serviços do município.

No segundo encontro da primeira etapa, realizado em grupo no salão social do CRAS, foram identificadas as habilidades e competências de cada indivíduo e do grupo familiar. As técnicas responsáveis criaram um cenário com objetos variados, dos quais os participantes puderam escolher aqueles que representavam melhor as suas histórias. Utilizando a metáfora da viagem, proposta pelo modelo, e a pergunta-chave: "O que levamos na bagagem?", cada família ganhou uma mala na qual poderia colocar os objetos que representassem suas histórias de superação. Durante a atividade as famílias perceberam habilidades como: honestidade e bondade, e frases como: "somos uma família unida, lutadora, organizada"

"É extremamente importante explorar as qualidades e potencialidades do indivíduo e da família tendo

em vista o histórico de perdas e fragilidades. O modelo oferecido pelo Programa nos aproxima da sua realidade", explica Edalcléia.

As dinâmicas realizadas no 3.º e no 4.º encontros permitiram identificar as aspirações e sonhos das famílias e montar o plano de ação individualizado. Foi criado um ambiente acolhedor com almofadas e música para que os participantes pudessem ficar à vontade para falar de si a partir da pergunta: "Onde queremos chegar?". A partir das reflexões e respostas, foi possível construir o plano de ações necessárias para que a família atingisse seus objetivos, levantando os recursos existentes, ligados à estrutura de oportunidades já mapeada, e definindo o tempo para cada ação.

RESULTADOS OBTIDOS

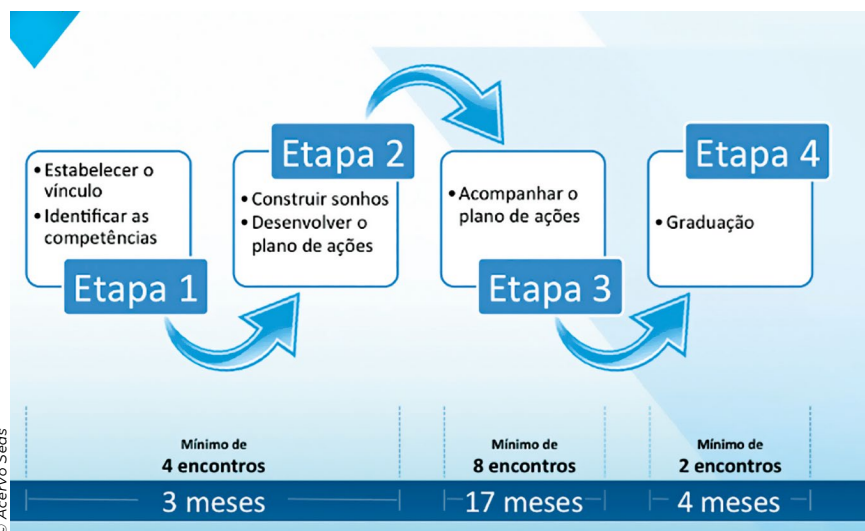
Edalcléia avalia que esse projeto foi uma alternativa eficiente para romper ciclos de pobreza e vulnerabilidades.

"A aplicação do Modelo de Acompanhamento Familiar do Programa contribuiu também para desenvolver a capacidade e potenciais dos técnicos envolvidos. Diversas habilidades tiveram que ser aprimoradas para o sucesso da implementa-

ção do modelo, como: escuta curiosa e generosa, ser suportivo e não punitivo, fortalecimento das potencialidades da família, criatividade, comunicação clara etc. Esse olhar apreciativo sobre as famílias, viabiliza novas possibilidades de enfrentamento das vulnerabilidades, numa ótica de empoderamento do indivíduo e do grupo familiar."



Inicialmente, houve resistência por parte dos técnicos em adotar a metodologia, mas acreditamos na proposta e o resultado foi positivo. Além da adesão, houve pedido de implantação em outros setores.





© Acervo Seds

COLMEIA

Estratégias coletivas em políticas públicas possibilitam ambiente colaborativo e otimizam resultados

O município de Prudentópolis, na região Centro-Sul do Paraná, aderiu ao Programa Família Paranaense em 2012. Entre as estratégias de ação do município estava atender o assentamento do bairro Vila Santana, situado em área de preservação ambiental.

De 2010 a 2016, a área esteve ocupada por 80 famílias. Devido à situação irregular, os moradores não possuíam acesso a saneamento básico e energia elétrica, o que dificultava a inclusão em programas sociais, como o Luz Fraterna e o Tarifa Social da Água. Além disso, ocorrem alagamentos em alguns pontos e havia dificuldade de relacionamento e cooperação entre os vizinhos.

Promover mudanças nesse cenário foi o desafio da então coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município, Ana Emanuela Gruscoski, e a equipe composta pela psicóloga Priscilla Laroca Bernardino, a assistente social Aline Gonçalves Fernandes e integrantes do Comitê Local do Programa Família Paranaense. Para superar as dificuldades, apostaram no fortalecimento dos vínculos entre a comunidade e na sensibilização das famílias para não venderem e trocarem casas ou permitirem a invasão de outros no local.

“Para a ação realizada adotamos o nome ‘Colmeia’ porque simboliza o trabalho intersetorial, no sentido de união das famílias na busca da realização dos sonhos coletivos como, por exemplo, o anseio pela requalificação urbana”, destaca Ana Emanuela.

A AÇÃO

No ano de 2016, a equipe do CRAS, que coordena o Família Paranaense no município, iniciou a implantação de um projeto-piloto. Inicialmente, foi realizada uma reunião com os representantes da Unidade Técnica do Família Paranaense, para concretizar a adesão à nova metodologia de acompanhamento familiar.

O trabalho poderia começar com apenas duas famílias, mas a prefeitura de Prudentópolis decidiu por inserir todos os grupos familiares que seriam beneficiados com a requalificação urbana da Vila Santana.

A coordenadora relata que o planejamento das ações particularizadas foi baseado na análise minuciosa das demandas encontradas, levando em conta a subjetividade de cada grupo familiar. “As famílias do programa também tinham prioridade nos atendimentos individuais e encaminhamentos para as políticas intersetoriais.”

DESENVOLVIMENTO DAS ETAPAS

Com o auxílio dos técnicos do Escritório Regional de Guarapuava e da Companhia de Habitação do Paraná, de Guarapuava e Curitiba, foram feitas a verificação e a atualização do Cadastro Único, do Cadastro da Habitação e do Cadastro do Família Paranaense de cada família. Em seguida, cada responsável familiar recebeu uma carteirinha de identificação como participante do programa, constando o agendamento das atividades.



Para a ação realizada adotamos o nome ‘Colmeia’ porque simboliza o trabalho intersetorial, no sentido de união das famílias na busca da realização dos sonhos coletivos como, por exemplo, o anseio pela requalificação urbana.



Na sequência, era preciso traçar um planejamento de intervenções individuais e grupais. Para isso, foi utilizado o ‘Ecomapa Familiar’, um diagrama das relações entre a família e a comunidade. “Desta maneira, foi possível observar a estruturação dos vínculos intrafamiliares (fortes, frágeis e conflituosos), do mesmo modo que os extrafamiliares (comunidade, serviços públicos, sociedade civil, entre outros)”, diz a coordenadora.

Até 1.º de janeiro de 2017, a equipe havia providenciado ecomapas de 78% das famílias do programa. Após isso, foi feito levantamento daquelas que não compareceram ao CRAS e realizada busca ativa, com o intuito de finalizar a construção dos ecomapas familiares *in loco*.

Na última etapa, houve a divisão das famílias em quatro grupos de aproximadamente 20 representantes. Deu-se então início às oficinas mensais. “Preconizamos a busca e o desenvolvimento de potencialidades e habilidades das famílias, além de ações que se destinam à superação das vulnerabilidades pelas quais perpassam”, explica Ana.

RESULTADOS OBTIDOS

De acordo com a equipe, a partir do fortalecimento dos vínculos das famílias com o restante da comunidade, consolidou-se a busca de direitos e a execução de deveres dos participantes. “Dessa forma, os grupos familiares se organizaram para impedir a ocupação de novas famílias na área de invasão, bem como evitaram mudanças e trocas de habitação.”

A equipe responsável pelo projeto avalia que a metodologia utilizada para o acompanhamento desse grupo de famílias demonstrou ser bastante eficaz, considerando os progressos já obtidos, e defende que o processo tenha continuidade, com a implantação da metodologia com famílias de outros bairros abrangidos pelo CRAS no município. ■



© Acervo Sedes





Sonhar é *preciso*, realizar é *possível*

Projeto que alia
conhecimento
técnico a olhar
humano transforma
mentalidades e amplia
resultados

“Eu tinha uma vida sem graça, não planejava nada, não tinha clareza nos meus ideais. Durante os encontros, pude perceber que ainda era possível sonhar e realizar. Fiz cursos de culinária, crochê e tear. Aprendi coisas novas, que me fazem importante. Hoje, o crochê já é uma fonte de renda para mim.” O depoimento é da dona de casa Noeli Padilha Ferreira, de 45 anos, que mora num sítio em Quinta do Sol, na região Central do Paraná.

Ela faz parte de um grupo de mulheres que participaram do projeto “Sonhar é preciso, realizar é possível”, desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) com as famílias do Programa Família Paranaense desse município, e que tem como objetivo criar um ambiente de reflexão e autoconhecimento, provocando e motivando cada participante a encontrar dentro de si sonhos, projetos e novos anseios.



O projeto teve início no primeiro semestre de 2017, desenvolvido por uma equipe local composta pela assistente social do CRAS, Karen Flores, pela psicóloga do Centro, Edivania Aparecida Garcia, e pelo diretor de projetos sociais da prefeitura, Carlos Deonísio Flores.

“Nossa sensibilização foi no sentido de provocar a saída da zona de conforto e o rompimento do paradigma do conformismo, com foco na construção de uma perspectiva de vida melhor para cada uma delas a partir de si mesmas. Resgatar a capacidade de sonhar com coisas alcançáveis e o desenvolvimento gradual de foco na busca por resultados diferentes”, explica Karen.

SITUAÇÃO ANTERIOR

Ao realizar os encontros semanais com o grupo de mulheres cadastradas no Família Paranaense e no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, observava-se constantemente que elas estavam desmotivadas e não possuíam ideais e sonhos, apresentando conformismo com a situação em que viviam.

“Eram recorrentes as faltas nas reuniões, baixa participação nos cursos e oficinas oferecidos pelo CRAS e uma alta necessidade de apoio com coisas básicas. A aparente desmotivação era demonstrada pela forma como se comunicavam, pelas expressões de sentimentos na comunicação verbal e não verbal, bem como uma aparente ‘crença de incapacidade’ de conseguir realizar, prosperar e mudar de vida”, destaca Karen.

“**Destacamos que os sonhos devem ser construídos e não esperados como algo que vem do nada ou pela sorte.**”

O projeto foi desenvolvido com base na realidade apresentada por cada uma delas e na percepção do quanto estavam afetadas no propósito de vida. Foi um trabalho na busca pela capacidade de sonhar com coisas possíveis, ou seja, metas e objetivos mensuráveis, levando-as à percepção de que é possível realizar mudanças e produzir resultados satisfatórios gradativamente.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

O projeto envolveu um grupo de 37 mulheres, com atividades nas dependências do CRAS. “Iniciamos a abordagem contextualizando a experiência anterior, que deixava evidente a vida sem propósito dessas mulheres. Em um segundo momento, destacamos que os sonhos devem ser construídos e não espera-

dos como algo que vem do nada ou pela sorte”, ressalta Karen.

As participantes tiveram oportunidade de verbalizar as sensações, percepções e emoções que surgiram ao lidar com os sonhos que estavam esquecidos e sufocados pela rotina e dificuldades da vida.

“Inicialmente, nosso objetivo era apenas conscientizá-las da importância de ter uma vida com propósito, mas, para nossa surpresa, houve um interesse de aprofundamento. Então, passamos a acompanhá-las por mais tempo neste projeto, viabilizando assim um plano de ação semanal. Durante este acompanhamento, celebramos os resultados alcançados com elogios e muita alegria”, revela Karen.



© Acervo Seds

RESULTADOS OBTIDOS

A equipe responsável pelo projeto avalia positivamente os resultados obtidos em menos de um ano e acredita que a continuidade propiciará resultados ainda mais expressivos também referentes à otimização de recursos públicos.

“Identificamos uma diminuição significativa de solicitações de assistências básicas. Notamos ainda que a integração e interação entre as pessoas evoluiu visivelmente e as faltas, que eram frequentes, caíram para quase zero. A participação nos cursos e oficinas aumentou em 16%, o que demonstra a vontade de aprender um novo trabalho para gerar mais renda e se sentirem mais úteis”, conclui Karen.





ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE



Implantação
de rede
promove
avanços
significativos
e resultados
importantes
para o êxito
das famílias



© Acervo Seds

Para o trabalho intersetorial, uma das ações importantes é a reunião em rede, pois fortalece a integração das diversas áreas e as possibilidades de resolução das dificuldades. Esse foi o desafio assumido pela assistente social Sandra Franceschini Pizzato, que atua na Secretaria Municipal de Ação Social, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Órgão Gestor da Assistência Social, de Três Barras do Paraná, no Oeste do Estado.

No início de 2013, Sandra iniciou um trabalho com as profissionais Débora Nádia Pilati Vidor, da Secretaria Municipal de Saúde, e Elisa Bortolanza, da Secretaria Municipal de Educação, que

contribuiu para a criação da lei que regulamenta a Rede de Proteção e Apoio à Criança, ao Adolescente e às Famílias. A Boa Prática “Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente de Três Barras do Paraná” foi embasada nas experiências vivenciadas pela equipe no Comitê Local do Família Paranaense.

“Com a metodologia do Família Paranaense (dinâmica de reuniões do Comitê Local), tivemos a compreensão de como a rede intersetorial deveria funcionar para alcançarmos nossos objetivos. Acreditamos ser importante divulgar nosso trabalho, assim é possível ajudar outros municípios que tenham a mesma dificuldade”, destaca Sandra.



SITUAÇÃO ANTERIOR

Antes, os atendimentos e intervenções eram fragmentados. Na maioria das vezes, as conversas sobre os casos aconteciam em contato telefônico ou por encaminhamento, e as ações eram realizadas de maneira individualizada.

“Muitas vezes, a família recebia a visita separada dos técnicos das Secretarias de Assistência Social e da Saúde, do CRAS e do Conselho Tutelar. Isso fazia com que os resultados não aparecessem. A família se cansava e os técnicos se desmotivavam”, explica Sandra.

“Por não saberem do histórico familiar ou dos atendimentos que as famílias já tinham recebido, existiam famílias com atendimentos interrompidos e muitas vezes desvalorizados por outros setores”.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Após a criação do Comitê Local do Família Paranaense foi organizado, por Decreto Municipal, o Comitê de Atendimento à Criança e ao Adolescente. Nesse decreto, estavam praticamente as mesmas representações do Comitê Local do Programa, com pequenas alterações, considerado o público-alvo.

“A intenção era a mesma, discutir e planejar ações para aqueles casos que necessitavam de intervenções intersetoriais. Com isso, as famílias pararam de receber aquela ‘chuva de técnicos’ em suas residências e começaram a ter mais confiança na equipe”, revela Sandra.

Atualmente, há um coordenador e um relator que são responsáveis pelo agendamento dos encontros periódicos. Cada membro da rede tem até cinco dias, antes da reunião, para encaminhar os casos que serão discutidos. A pauta é enviada por e-mail, para que cada integrante do comitê possa preparar os documentos e relatórios necessários.

Sandra diz que durante as reuniões são expostas as situações da criança ou adolescente (ou da família) e planejadas ações de intervenção.

RESULTADOS OBTIDOS

A equipe considera que foram muitos os resultados positivos já alcançados, como: organização da Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente; ações contínuas implantadas em conjunto, sem fragmentação e com avaliação de resultados; visibilidade para a rede de serviços; estruturação de fluxos de atendimento e mais confiança e perspectivas de trabalho para a própria equipe.

A assistente social destaca ainda a importância do conhecimento técnico adquirido e a participação em capacitações. “Com o decorrer do tempo, passamos a ter capacitações contínuas para todo o comitê, nas diversas áreas, principalmente as que percebemos que há mais fragilidades”, revela Sandra.

E, por fim, resultados nos atendimentos. “Em muitos casos foram construídas juntamente com a família a solução das dificuldades. Profissionalmente, cada um tem o

seu limite, porém, neste trabalho em rede, fazemos sempre o algo a mais pela solução da dificuldade da família. É a pitada de amor que colocamos quando gostamos daquilo que fazemos”, conclui. »



A intenção era a mesma, discutir e planejar ações para aqueles casos que necessitavam de intervenções intersetoriais. Com isso, as famílias pararam de receber aquela ‘chuva de técnicos’ em suas residências e começaram a ter mais confiança na equipe.



© Acervo Sedis





© Acervo Seds

Indicando caminhos e encontrando **soluções**

União de
esforços inclui
famílias rurais
em processos
produtivos

O município de Inácio Martins, na região Centro-Sul do Paraná, possui uma população de 11.319 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cerca de 4.500, ou seja, mais de 40%, estão no meio rural e a maioria vive em pequenas comunidades, como assentamentos, ocupações e aldeia indígena.

Até o início do ano de 2016, a maior parte dessas famílias não tinha acesso às principais políticas públicas para superação da pobreza. Segundo dados do Programa Família Paranaense, 252 famílias do meio rural estavam em situação de alta vulnerabilidade social.

Como levar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) às famílias até então excluídas dos processos produtivos? Como potencializar o trabalho e as ações com poucos profissionais? A equipe formada por profissionais do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município assumiu o desafio para incluí-las no Família Paranaense e no Projeto Renda Família Paranaense – Agricultor Familiar.

A AÇÃO

A boa prática “Indicando Caminhos e Encontrando Soluções” teve início no primeiro bimestre de 2017 com a organização de uma força tarefa para localizar essas famílias, já que muitas não tinham nenhum relacionamento com o ATER e nem com a política de Assistência Social do município.

A equipe é formada pelo técnico em Agropecuária e tecnólogo em Gestão Pública, Osvaldir Nunes Pereira, que atua como extensionista do Emater na unidade de Inácio Martins, pela psicóloga e atual coordenadora do CRAS e do Família Paranaense, Hanna Hellena Lucavei Gechele, e pelas assistentes sociais Jaqueline Chemin Beraldo e Sandra Aparecida Daniel, que realizaram visitas domiciliares e elaboraram diagnósticos.

Pereira destaca que houve uma grande mobilização no município, com a participação da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (Seds) – Regional Irati, e da nova administração municipal. “A parceria realizada com a Secretaria de Promoção Social e materializada pelo CRAS foi fundamental para que os resultados fossem alcançados. Nesse aspecto, a intersetorialidade, que é o princípio básico do programa Família Paranaense, foi colocada em prática.”

Ao serem identificadas, as famílias foram incluídas no Renda Família Paranaense – Agricultor Familiar. O programa integra o Família Paranaense em uma ação conjunta entre a Seds, a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento e o Emater.

Com o objetivo de inclusão social e econômica das famílias em situação de vulnerabilidade social, que vivem no meio rural e praticam a agricultura familiar, cada família participante do programa faz um projeto, sob orientação e assistên-



cia de um técnico do Emater, prevendo melhorias em saneamento básico e apoio à produção para autoconsumo e para atividades de geração de renda. Para concretizar o planejado, a família recebe do Estado recursos de 2 mil ou 3 mil reais.



A parceria realizada com a Secretaria de Promoção Social e materializada pelo CRAS foi fundamental para que os resultados fossem alcançados.



RESULTADOS OBTIDOS

De acordo com Pereira, até o mês de agosto foi possível incluir 82 famílias no programa, sendo que a meta do município eram 70 famílias. A inclusão proporcionou a oportunidade de obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e também do CAD PRO, documentos fundamentais para quem vive no meio

rural. Por meio deles o agricultor comprova sua condição de agricultor perante os órgãos e instituições.

Com isso, cerca de 50% das famílias já acessam o PRONAF B/mulher, que é um microcrédito de R\$ 2.500,00, para investimento em atividades produtivas e que são direcionadas, na sua maioria, para produção de alimentos para subsistência.

Mais de 80% dos projetos de fomento são para produção de alimentos para autoconsumo com venda do excedente, o que garante o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) dessas famílias.

“Os maiores resultados com certeza não são mensuráveis, são percebidos apenas por quem convive com eles diariamente, ele aparece no sorriso e na alegria de pais e mães de família que, graças ao programa, hoje melhoraram sua autoestima e estão deixando aos poucos de serem meros espectadores passando a protagonistas, tornando-se sujeitos de sua própria história”, diz Pereira.

“Se não fosse esse recurso eu não teria feito o que fiz. Hoje tenho água dentro de casa, não preciso mais puxar no balde. Para falar a verdade, foi a melhor coisa que aconteceu para minha família”, afirma a agricultora familiar Eva Garcia, que é beneficiária do Família Paranaense. ■



© Acervo Seds

Ação multidisciplinar com famílias rurais

Prática de equipes de saúde, assistência social e agricultura melhora a vida do pequeno produtor rural em Catanduvas

Em março de 2017, com a ampliação do Renda Família Paranaense - Agricultor Familiar, um Projeto do Programa Família Paranaense, o Comitê Local do programa no município de Catanduvas, no Oeste paranaense, recebeu o desafio de alcançar as famílias de baixa renda que vivem na zona rural.

De acordo com a médica veterinária Stela Silva Desto, que atua como profissional de extensão rural no Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) no município, várias das famílias do meio rural que estavam incluídas no programa não conseguiam implementar as

ações e melhorias propostas pelos técnicos, principalmente por falta de recursos financeiros. Isso impossibilitava o planejamento de projetos detalhados, que explicassem o passo-a-passo da execução baseado na capacidade de investimento de cada unidade familiar.

“Com o recurso disponibilizado, o comitê enxergou a grande oportunidade de auxiliar os produtores a efetivamente executar tudo o que já vinha sendo orientado, para melhoria do saneamento básico da propriedade rural, da produção de alimentos para autoconsumo e geração de renda”, explica Stela.



A AÇÃO

Por meio da mobilização dos integrantes do Comitê Local foi concebida uma estratégia de trabalho que utilizasse o potencial de cada profissional de forma integrada e simultânea, consolidando parcerias com a expectativa de ver as ações sendo executadas.

“A participação do Comitê Local do Família Paranaense e de um representante do Comitê Municipal foi de extrema importância devido à complementaridade nas informações que cada profissional em sua área de atuação (Saúde, Assistência Social, Educação, Agricultura, Assistência Técnica) trouxe no momento de fazer o levantamento das necessidades reais das famílias apontadas como público-alvo para participar do Programa Renda Família Paranaense - Agricultor Familiar, identificando aquelas com maior vulnerabilidade”, explica Stela.

A estratégia utilizada consistiu em criar dois grupos de profissionais para realizar visitas às famílias com maior índice de vulnerabilidade, de acordo com o sistema, para verificar a realidade e elaborar um diagnóstico em conjunto.

Cada grupo foi constituído por um profissional da Assistência Social, um da Agricultura e outro da Saúde, com conhecimentos e habilidades complementares entre si, de forma que as necessidades da família fossem registradas da maneira mais completa possível no diagnóstico.

“A cada mês, os grupos relatavam os resultados obtidos, decidiam e distribuíam as visitas do mês seguinte e buscavam incluir no Família Paranaense mais beneficiários do meio rural, com o apoio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)”, relata Stela.



RESULTADOS OBTIDOS

Com essa ação, houve fortalecimento dos vínculos existentes entre os membros do comitê e, do mês de abril até o mês de agosto, foram visitadas cerca de 35 famílias, sendo que 25 se enquadraram nos requisitos do Renda Agricultor Familiar, com projetos técnicos elaborados para suas respectivas propriedades.

Doze famílias já receberam e aplicaram a primeira parcela nos itens previstos no planejamento, com melhorias no saneamento básico, como proteção da mina d'água, instalação de caixa d'água, construção de fossa séptica e banheiros adequados; aquisição de equipamentos para prestação de serviços e geração de renda; e implantação de hortas caseiras produzindo hortaliças para autoconsumo e venda do excedente.

O produtor Itacir Brasil relata as mudanças ocorridas na rotina de sua família após a participação no programa. “Antes, pegávamos água no balde da mina que fica abaixo de casa, que não era protegida, para cozinhar, tomar banho e lavar roupa. Agora, pegamos água do poço acima, de água muito boa, bem limpa. A água chega até em casa e a mina está protegida”, destaca o produtor. 🗨️



Com o recurso disponibilizado, o comitê enxergou a grande oportunidade de auxiliar os produtores a efetivamente executar tudo o que já vinha sendo orientado, para melhoria do saneamento básico da propriedade rural, da produção de alimentos para autoconsumo e geração de renda.





NOVOS RUMOS

Acompanhamento familiar
rural com palestras e oficinas
amplia conhecimento e
gera resultados

No município de Palmas, na região Centro-Sul, a equipe volante do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) desenvolveu o projeto Renda Família Paranaense – Agricultor Familiar, com participantes do Programa Família Paranaense, residentes nos assentamentos Paraíso do Sul Margem do Itarim e São Lourenço.

O projeto é uma parceria entre o Departamento de Assistência Social, o Departamento de Agricultura e o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e vinculado ao Comitê Local do Família Paranaense, o que possibilita a atuação intersetorial e facilita que cada departamento da prefeitura conheça as famílias, discuta sobre as possibilidades e desafios dentro das políticas públicas e assuma suas responsabilidades frente às demandas.

A equipe do CRAS foi composta pela assistente social Everlise Bernardi e a psicóloga Jully Francielli Cesca, que tiveram o apoio do Emater de Manguieirinha e também do chefe de Divisão do Departamento de Agricultura de Palmas, Afonso Gabriel Anschau Araújo, e do técnico agropecuário do Departamento de Agricultura de Palmas, Edilson Cordeiro.



A AÇÃO

As famílias participantes do projeto tinham pouco acesso às políticas públicas, por residirem em área rural, a uma distância de cerca de 70 km da cidade, como também poucas informações sobre seus direitos.

Após a identificação e pré-seleção de 35 famílias incluídas no Família Paranaense, que se enquadravam nos critérios do Renda Agricultor, foi realizada a busca ativa para verificar se os dados do sistema eram condizentes com a realidade. Neste processo, várias famílias não foram encontradas porque mudaram de endereço, confirmando-se 18 para participar inicialmente do Renda Agricultor.

Foram realizadas em média três visitas domiciliares a cada família, com objetivo de identificar as especificidades de cada uma e, posteriormente, agendados encontros mensais, individuais e coletivos, conforme a necessidade. O foco foi trabalhar assuntos pertinentes ao cotidiano da vida no interior, organizando palestras, oficinas e momentos de ampliação do conhecimento das famílias em assuntos de seu interesse, tendo como base teórica a metodologia de acompanhamento familiar do Família Paranaense.

“As ações criativas tornaram o trabalho lúdico e proporcionaram interação e melhor entendimento do público. Nesse sentido, a metodologia é importante porque apresenta um caminho a ser seguido, mas não engessa as atividades. Assim, podemos utilizar a criatividade e os recursos disponíveis para adaptar os trabalhos às singularidades de cada comunidade”, explica a assistente social.

Houve ainda encontros do Comitê Local e com as famílias, com o apoio do Emater e do Departamento de Agricultura. Eles promoveram a aproximação dos participantes do Serviço de Proteção e Atendimen-



© Acervo Sedis

to Integral à Família (PAIF) no assentamento com as demais políticas que estão envolvidas no Família Paranaense, dando suporte técnico agrícola para que as famílias obtenham da terra retorno financeiro para ampliar sua autonomia.



Foram realizadas em média três visitas domiciliares a cada família, com objetivo de identificar as especificidades de cada uma e, posteriormente, agendados encontros mensais, individuais e coletivos, conforme a necessidade.



RESULTADOS OBTIDOS

A prática está sendo desenvolvida ao longo de 2017 e o resultado inicial são famílias que já encontram em suas propriedades subsí-

dios para se manterem financeiramente, assim como famílias com maior conhecimento de suas capacidades individuais e maior autonomia comunitária, pois os trabalhos ampliam o leque de pessoas que interagem na comunidade.

A equipe técnica destaca que, ao se tratar de gestão pública, esta ação apresenta aos gestores uma demanda que talvez estivesse reprimida e aflora a necessidade de se programar recursos para a área rural, não somente relativos aos serviços do Departamento de Agricultura, mas também para as outras políticas.

“No entanto, além deste importante atendimento realizado pelo Departamento de Agricultura, é indispensável a atuação dos demais órgãos públicos, porque para trabalhar a terra o agricultor precisa estar saudável física e mentalmente. As crianças do campo também têm direito à educação, todos têm direito à informação e aos atendimentos públicos de forma igualitária”, conclui a assistente social. ■



© Acervo Sedis



Oficina de reaproveitamento *de alimentos*

Atividade proporciona segurança alimentar às famílias do Programa Família Paranaense

No segundo semestre de 2015, durante o desenvolvimento de uma ação comunitária do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), realizada no município de Virmond, na região Centro-Sul, com as famílias atendidas pelos Programa Família Paranaense, a equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) percebeu a necessidade de promover a segurança alimentar dessas famílias.

De acordo com Angela Maria Gelinski, especialista em Elaboração e Gestão de Projetos Sociais com Ênfase em Gestão Pública e também na área da Família e Práticas Profissionais, que atua como assistente

social do CRAS, a ideia era apresentar possibilidades para uma alimentação mais saudável, de baixo custo, reaproveitando os alimentos já consumidos pela família, ou seja, as partes nutritivas que na maioria das vezes são descartadas no preparo de receitas.

“Para isso, estabelecemos uma parceria com a equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) do município, visando à realização de palestras que levassem ao conhecimento das famílias orientações sobre a forma de higienização dos alimentos e a propriedade nutritiva presente nas cascas de frutas e legumes e talos de verduras”, explica Angela.



© Acervo Seds

A partir dessas palestras, desenvolveu-se a “Oficina de Reaproveitamento de Alimentos”, que coloca em prática as noções aprendidas. A oficina é desenvolvida por uma equipe de profissionais do município composta também pela coordenadora do CRAS, Marli de Lirio Kaibers, a nutricionista do NASE, Thaísa Maciel, e a psicóloga do CRAS, Natasha Chaicovski Southier.

Foi proporcionado um espaço de troca de saberes, experiências e fortalecimento dos vínculos comunitários.

A AÇÃO

Visto que a prática era de interesse das famílias acompanhadas, a equipe responsável dividiu as famílias do Família Paranaense em grupos de trabalho com até dez participantes, fornecendo todo o material necessário para a realização da oficina. Os encontros foram conduzidos pela nutricionista Thaísa Maciel e as atividades desenvolvidas no espaço do CRAS.

A oficina foi realizada em duas etapas. Inicialmente, foram ofertadas as palestras, ressaltando o valor nutritivo dos alimentos, principalmente das cascas e talos, que na maioria das vezes são descartados na execução das refeições. A segunda etapa consistiu na elaboração das receitas, quando a nutricionista abordou a necessidade da limpeza

correta dos alimentos que seriam utilizados e também a higienização das mãos para o manuseio.

Em seguida, no decorrer dos encontros, foram repassadas várias dicas e receitas que poderiam ser executadas reaproveitando alimentos, com a utilização de técnicas simples e fáceis de serem introduzidas no cotidiano das famílias, como: bolo de casca de banana, pizza de legumes e talos de verduras, creme de folhas de couve-flor, requeijão com talos de couve e sucos naturais, entre outros.

RESULTADOS OBTIDOS

De acordo com Angela, a prática utilizada promoveu a mudança no manuseio dos alimentos no cotidiano das famílias e a ampliação das possibilidades de se reaproveitar aqueles que anteriormente seriam descartados. “Além disso, foi proporcionado um espaço de troca de saberes, experiências e fortalecimento dos vínculos comunitários”, ressalta.

A oficina foi executada novamente em 2017 e serve de modelo aos demais municípios, como uma sugestão a ser desenvolvida e aprimorada pelos profissionais que atuam na área.

A dona de casa Isaura Soares Domingues, de 57 anos, foi uma das beneficiadas pelo projeto. “Eu gostei muito de ter participado da oficina. Fez a diferença porque antes eu jogava tudo fora e agora eu posso reaproveitar. Além da gente aprender, também se diverte”.



© Acervo Seds



© Acervo Seds



© Acervo Seds



© Acervo Seds





© Acervo Seds

Proteção de nascentes na agricultura familiar

Técnica simples e de baixo custo traz resultado efetivo que pode ser replicado em outras nascentes

Melhorar a qualidade de vida das famílias atendidas pelo Programa Família Paranaense com acesso a um recurso primordial para todos os seres vivos: a água. Esse foi o objetivo da Boa Prática desenvolvida no município São José da Boa Vista, no Norte Pioneiro do Paraná, pela assistente social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Juliana Akemi Gonçalves Saito, e pelo engenheiro agrônomo do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Cássio Siqueira de Lima.

Juliana é membro do Comitê Local do Família Paranaense e ajudou na identificação das famílias participantes do projeto Renda Família Paranaense – Agricultor Familiar. O comitê forneceu o suporte necessário para que a ação de proteção das nascentes fosse iniciada no primeiro semestre de 2017 e pudesse se estender de forma continuada para toda área rural.

A ação foi projetada a partir de uma constatação preocupante. De acordo com a assistente social, um estudo realizado no município, em 2012, indicou que 85% das fontes e nascentes não estavam de acordo com a legislação da Vigilância Sanitária, ou seja, não eram aptas para o consumo. “Era preciso melhorar a saúde das pessoas e diminuir a frequência de casos de doenças por contaminação da água”, destaca.

A AÇÃO

Após a busca ativa das famílias, realizada em conjunto pelo CRAS e Emater, para identificar aquelas que teriam perfil para participação no projeto, foram feitas as análises de qualidade da água. O resultado apresentou a presença de coliformes fecais e o comprometimento da transparência da água em razão da turbidez, que é medida pela dificuldade de passagem da luz, fruto da presença dos mais variados materiais orgânicos e inorgânicos ou outros organismos microscópicos.

Em seguida foi feito o plano de ação de cada família, contemplando como trabalho primordial a proteção da mina, utilizando recursos da transferência do projeto Renda Família Paranaense – Agricultor Familiar, que variam de R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00 reais por família, dependendo da sua renda per capita. Desse montante, independentemente do caso, até R\$ 1.000,00 podem ser utilizados em saneamento básico. Nessa ação, o valor para a proteção foi, em média, de R\$ 200,00 por fonte, ou seja, 20% do valor a ser utilizado com saneamento básico. O trabalho foi executado pelo Emater, por meio da técnica à base de solo-cimento.

RESULTADOS OBTIDOS

Os bons resultados conseguidos pelos participantes do projeto foram constatados após nova análise da água. A proteção das fontes em relação aos materiais contaminantes elevou a qualidade e a água passou a atender às normas da Vigilância Sanitária, ou seja, tornou-se apta para o consumo.

“Percebemos uma grande satisfação entre as famílias beneficiadas. A maioria mencionou que tinha o sonho de uma vida melhor para seus filhos e, com essa melhoria na qualidade da água, consegue ter parte desse sonho realizado”, explica Juliana.



Percebemos uma grande satisfação entre as famílias beneficiadas. A maioria mencionou que tinha o sonho de uma vida melhor para seus filhos e, com essa melhoria na qualidade da água, consegue ter parte desse sonho realizado.



A ação promoveu ainda a sustentabilidade ambiental: “Houve a conscientização sobre os recursos naturais, como a importância da mata ciliar, água, vegetação e dos animais. O trabalho se tornou referência e pode ser replicado para outras regiões e municípios tanto que já aparece como uma ação no Sistema de Acompanhamento das Famílias do Programa. É uma técnica simples e barata, com resultado efetivo que pode ser replicada em qualquer nascente”, reforça.

O agricultor Delvair Pereira dos Santos é um dos beneficiados da boa prática. “Com a ajuda desse programa eu tive condições de beber uma água boa e as verduras terão uma melhor qualidade. Essa parceria é um empurrão para mim, que já sou trabalhador, e agora vou progredir ainda mais”. 📌

© Acervo Seds



© Acervo Seds

1.^a MOBILIZAÇÃO INTERSETORIAL DE COMBATE AO Aedes Aegypti

Ações
educativas
envolvem
famílias do
Programa
Família
Paranaense na
luta contra o
mosquito

De acordo com os dados epidemiológicos do Centro Estadual de Vigilância Ambiental da Secretaria Estadual da Saúde (Sesa), o Paraná apresentava, em 2016, infestação pelo mosquito *Aedes aegypti* em 301 municípios. O mosquito é o vetor de doenças graves como a dengue, chikungunya e o zika vírus.

Com o objetivo de sensibilizar as famílias atendidas pelo Programa Família Paranaense no município de Cascavel, na região Oeste, para que atuassem no combate ao mosquito, o comitê regional do programa iniciou, naquele ano, um planejamento estratégico de mobilização intersetorial, com foco na disseminação de informações sobre saúde.

A boa prática recebeu o título de “1.^a Mobilização Intersetorial de Combate ao *Aedes Aegypti*” e foi desenvolvida por uma equipe composta pela chefe do Escritório Regional da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (Seds), Lizmari Fontana, por Regina Paranhos Andrade e Daniel Fontoura Loss, que atuam na Décima Regional de Saúde, por Keila Fernandes, da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), e por Rosely Bilhar de Souza, da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (Seab).





Ainda não houve mensuração de resultados com indicadores, porém, trabalhar a conscientização e a prevenção ainda são as maiores armas contra o vetor.

Lizmari explica que o propósito foi levar informações para as comunidades, por intermédio de suas lideranças. Mobilizadas e munidas de informações claras e de fácil entendimento, elas passariam a viabilizar a implementação de estratégias de fortalecimento da capacidade de proteção das famílias, com respostas criativas adaptadas a cada ambiente e realidade.

A AÇÃO

Na premissa do trabalho intersectorial, os comitês regional, municipais e locais definiram as estratégias a serem desenvolvidas para o desenvolvimento e efetivação das ações.

Em 23 fevereiro de 2016, o Escritório Regional da Seds de Cascavel, junto com a 10.^a Regional de Saúde, reuniu técnicos dos 19 municípios de sua abrangência. No encontro ficou definido que as ações com as famílias acompanhadas pelo Família Paranaense seriam realizadas em 9 de março, considerado o dia “D” de Combate ao Mosquito *Aedes aegypti*, mas as atividades seguiriam durante toda a semana.

A iniciativa contou com o apoio técnico das secretarias estaduais da Saúde (Sesa) e da Educação (Seed). A Seds orientou sobre a metodologia a ser seguida e a Sesa fez uma apresentação sobre o *Aedes aegypti*, para ser replicada nos municípios.

“As ações foram desenvolvidas de várias formas, por meio de encontros com as famílias, com palestras e apresentação do material elaborado pela Sesa, por um profissional da Saúde do município; visitas domiciliares de conscientização e, ainda, com apresentações de teatro quando, de forma lúdica, foram distribuídos materiais de conscientização, como flyers contendo orientações de prevenção”, destaca a chefe do Escritório Regional.

RESULTADOS OBTIDOS

A ação já é referência para outras regiões, uma vez que consta nos calendários dos municípios envolvidos, sendo o mês de janeiro o escolhido para a mobilização no combate ao mosquito. Entre os resultados alcançados, destacam-se:

- fortalecimento da rede nos municípios;
- conscientização da responsabilidade de todos no combate ao *Aedes aegypti*;
- trabalho continuado de prevenção;
- protagonismo das famílias incluídas no Programa Família Paranaense;
- apresentação desse trabalho no 2.^o Seminário Estadual do Programa Família Paranaense;
- 2.^a Mobilização Intersetorial de Combate ao *Aedes aegypti*.

“Ainda não houve mensuração de resultados com indicadores, porém, trabalhar a conscientização e a prevenção ainda são as maiores armas contra o vetor. As famílias foram orientadas a realizar visita continuada das residências e ambientes de trabalho, em busca de recipientes que podem se tornar criadouros do mosquito”, avalia Lizmari.

A dona de casa Claudete Timbres dos Santos, que reside em Boa Vista, ressalta que os cuidados aprendidos já trouxeram resultados. “No ano passado tivemos epidemia, bastante gente com dengue, e já este ano não tivemos epidemia no nosso município. Aprendemos a não deixar vasilhas com água, viramos os potinhos, tiramos o lixo em volta da casa, aprendemos que as vasilhas dos cachorros também devem ser lavadas, com troca de água constante, e temos que lavar os pratinhos dos porcos”, conclui. 🐾



Na Biblioteca da Câmara, onde começaram as pesquisas, os jornalistas que escrevem as histórias: (da esquerda para a direita) Michelle Stival da Rocha, Marcio Alves Silva, Fernanda Foggiao e João Cândido Martins (sentado).



Comunicação da Câmara resgata *histórias de Curitiba*

O passado da cidade se entrelaça ao do Legislativo Municipal, que guarda muitas histórias na Biblioteca

Por **Fernanda Foggiao** e **Michelle Stival da Rocha**

Muito antes de se falar em prefeituras, foi na Câmara do Brasil Colônia que começou a gestão da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais (1693), depois batizada Curitiba e eleita a capital da Província do Paraná no Brasil Império (1853), ainda com os vereadores na condução dos trabalhos. E por trazer consigo o passado e o presente, seja nas atas guardadas na Biblioteca – manuscritas desde 1694 –, seja na sessão dos anais, a equipe da Diretoria de Comunicação quis trazer a público alguns guardados.

A pesquisa começou em 2009, despretensiosa, como um banco de dados, uma tabela de Excel com

passagens curiosas sobre o cotidiano da cidade, desde que foi fundada a vila. A partir disso foi criada na homepage da Câmara uma seção batizada de Aconteceu, atualizada diariamente com textos curtos sobre fatos que ocorreram naquela data, em algum momento do passado.

Percebeu-se então que esses assuntos poderiam ser abordados de forma aprofundada, em textos com fontes de pesquisa variadas, com as referências bibliográficas. As reportagens desde então reverberaram na imprensa e frequentemente são consultadas por estudantes e curiosos. São elaboradas conforme surgem ideias da equipe, mas sem



A sessão Nossa Memória do site da Câmara Municipal reúne histórias da cidade, da Câmara e do Palácio Rio Branco.

compromisso com periodicidade, já que as pesquisas levam dias e o setor é enxuto.

Todos esses elementos foram reunidos em uma seção especial do site batizada de Nossa Memória, lançada em 2014, que aborda ainda a construção do Palácio Rio Branco, a história de alguns nomes de ruas, leis antigas, dentre outros assuntos. Por esse projeto, em 2016 a Diretoria de Comunicação obteve o terceiro lugar do Prêmio Sangue Bom, do Sindicato dos Jornalistas do Paraná, na categoria Comunicação Integrada, Mídias Sociais e Inovação.

REPORTAGENS HISTÓRICAS

Se o Aconteceu foi o embrião do Nossa Memória, o carro-chefe são as reportagens históricas. A primeira, de 2009, trata do acervo histórico disponível para consulta na Biblioteca da Câmara – neste ano, as atas de 1694 a 1743 foram repassadas à Fundação Cultural de Curitiba. A última delas, de 1.º de setembro deste ano, resgata a trajetória do vereador Moacir Tosin, falecido em agosto. Ele foi presidente do Legislativo em 1983 e 1984, além de prefeito interino por três vezes.

A seção traz 77 matérias históricas que transitam tanto por temas formais quanto por assuntos

curiosos. Se durante o debate do novo Plano Diretor, em 2015, um especial de três matérias relembra a construção do planejamento urbano da capital, o Dia Internacional do Rock, em 2013, foi mote de texto sobre o músico Ivo Rodrigues, da banda curitibana Blindagem, falecido em 2010.

Em 2014, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, uma matéria destacou Maria Olimpia Carneiro Mochel, que em 1947, aos 21 anos, foi eleita de forma direta a primeira vereadora de Curitiba. No ano seguinte, a data foi lembrada de outra maneira: o foco foi 1933 e como a sociedade e a imprensa locais viram a conquista do direito ao voto feminino. Para o Dia da Consciência Negra, uma matéria já lembrou os castigos a que os escravos eram submetidos.

Os textos não têm como vínculo apenas datas comemorativas. Uma reportagem, por exemplo, conta que a primeira lei municipal com restrições ao fumo é de 1952, voltada aos ônibus. Em julho de 2016, uma crise de segurança na Vila Nossa Senhora da Luz, na CIC, motivou um especial sobre a implantação do conjunto habitacional, em 1966. Dentre outros temas, o Nossa Memória fala, ainda, de erva-mate, índios, bondes, da visita da princesa Isabel à cidade, da construção do Palácio Rio Branco, Cemitério Municipal e até de caça às bruxas em Curitiba, no século 18.



Rua de Curitiba em 1933, o ano em que as mulheres foram às urnas.

© Acervo CMC

FONTES CONFIÁVEIS

Além do acervo da Câmara, para escrever as reportagens a equipe de Comunicação busca fontes primárias na Casa da Memória, no Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e em jornais antigos, disponíveis na Biblioteca Pública do Paraná, em microfilme, ou na Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional. Sem falar dos Boletins do Arquivo Municipal de Curitiba, documentos oficiais transcritos por Francisco Negrão entre 1906 e 1932 – o que inclusive foi tema de uma das reportagens históricas.



Contratualização de ações nas secretarias municipais de Porecatu

Modelo integrado de gestão possibilitou monitoramento e avaliação constante e equidade na aplicação de recursos financeiros

No início da gestão municipal de Porecatu, no norte do Paraná, em 2017, a Secretaria de Planejamento identificou a necessidade de organizar de forma estratégica a atuação das secretarias municipais. Para isso, idealizou um plano integrado de intervenção voltado para resultados e cada secretário recebeu uma sequência de ações a serem realizadas.

Segundo o secretário de Planejamento, Marcelo Gomes, a largada em direção à estruturação do plano estratégico foi dada logo no mês de janeiro, prevenindo ser efetivado por meio de três etapas. A primeira teve foco na identidade organizacional, fina-



lidade, diagnóstico, análise do ambiente, definição de valores e princípios, levantamento de pontos fortes e fracos e análise de recursos.

A segunda fase foi o estudo da missão: quem somos e para onde vamos? Nesse período, houve o estabelecimento de diretrizes organizacionais e a definição de metas. A terceira fase foi a formulação de estratégias: como chegaremos lá? Para isso, traçou-se o delineamento estratégico, o estabelecimento de objetivos, projetos e plano de ação, implementação, medição de desempenho, teste de viabilidade, monitoramento e avaliação.

“Assim, cada secretário pautou suas ações em direção a um diag-

nóstico extremamente preciso de sua secretaria, ou seja, um raio X de sua pasta”, diz o secretário.

Gomes destaca que parte dos métodos e fundamentos utilizados nesse modelo de gestão teve como base o conteúdo das ações de capacitação do Programa de Aprendizagem para Resultados (PAR), ofertado pela Escola de Gestão do Paraná, do qual participou.

“O modelo que adotamos está intimamente ligado ao modelo de gestão citado, tanto nos cursos presenciais dos quais participei (Gestão estratégica, Modelagem de indicadores e Monitoramento e avaliação) como também nos cursos a distância (Gestão do desempenho, Gestão de processos e Gestão de pessoas para resultados), que juntos somam conhecimentos para que a gestão ocorra da melhor maneira possível”, explica o secretário.

O modelo diz que parte de uma arquitetura organizacional é baseada em quatro fundamentos: estratégia, estrutura, tecnologia/processos e pessoas. Dessa forma, a pactuação contratual vislumbra aliar forças e atuar de modo integrado para que o trabalho aconteça em rede com todas as secretarias municipais.

RESULTADOS

Apesar do pouco tempo de implantação, alguns resultados já podem ser mensurados, como a melhor aplicação de recursos públicos e a melhoria do valor público ao cidadão, verificado por meio de pesquisa realizada com ferramentas que medem o índice de satisfação do cliente. Além disso, a transparência nas ações vem possibilitando o acompanhamento direto da população.

“Agora, a população tem pleno conhecimento das ações realizadas pela prefeitura por meio das redes sociais e, futuramente, teremos

um aplicativo interativo que permitirá que a população se comunique com o Poder Público Municipal. Por smartphone ou tablet, o cidadão acessará o aplicativo para obter, com rapidez e praticidade, informações relativas aos serviços públicos”, adianta o secretário.

Alguns desafios de estrutura que foram apontados logo no início do planejamento também têm sido superados. Entre esses obstáculos estão, por exemplo, uma garagem municipal sucateada, a educação com tempo integral a ser aprimorada e a área de saúde com grandes necessidades.

“Na medida em que o modelo de gestão estratégica está se consolidando, esses problemas vão sendo solucionados”, disse Marcelo Gomes. “Algumas mudanças já ocorreram com as ações pactuadas entre as secretarias municipais, com atividades pontuais dentro de cada desafio.”



Agora, a população tem pleno conhecimento das ações realizadas pela prefeitura por meio das redes sociais e, futuramente, teremos um aplicativo interativo que permitirá que a população se comunique com o Poder Público Municipal.



Início da contratualização com os secretários municipais: reunião realizada no início da atual gestão.





COM A PALAVRA

Juraci

BARBOSA SOBRINHO

Secretário do Planejamento e Coordenação Geral fala sobre os desafios da gestão pública

© Jaelson Lucas/AENPR



Reunião semanal da equipe técnica da SEPL com o secretário Juraci Barbosa Sobrinho.

O que caracteriza a boa gestão pública?

A primeira questão, quando se fala em gestão pública, é ter uma visão estratégica e sistêmica. Não se consegue realizar uma boa administração se não tiver a visão do todo. Todas as ações devem ser interdependentes, estar dentro do mesmo processo de desenvolvimento. A segunda questão é o comprometimento. O plano de governo não pode ser fictício, mas discutido com a sociedade, seja o setor produtivo, trabalhadores, servidores públicos e integrantes da academia. E, terceira, ter a viabilidade financeira para executar o que se quer.

O que é essencial para um gestor público?

Duas coisas são importantes. Primeiro, a qualificação pessoal, isso é fundamental. E, segundo, estar comprometido, fazer parte do projeto maior de comprometimento com a sociedade. Essa é a maior dificuldade de gestão hoje. A burocracia, a questão dos controles, a forma de condução fica muito dependente da pessoa. O técnico é importante no desenvolvimento de um processo, mas o compromisso tem de ser em relação ao projeto. O gestor tem que ganhar a equipe técnica, tem que trabalhar para que se aproprie do projeto, que ele seja de todos.



Há discussão sobre a nova formatação da gestão pública?

Sim, está tendo debate. Os próximos governos terão de trabalhar isso em todos os níveis. Os novos prefeitos já estão enfrentando essa dificuldade. Até porque há redução na quantidade de servidores. Então, é preciso ter projetos com equipes multidisciplinares para que o mesmo técnico possa contribuir em vários. Estamos discutindo internamente um novo modelo de gestão. Amadurecido

aqui, partiremos para um debate ampliado na estrutura de governo e, depois, com a sociedade. Se temos dificuldade, temos de procurar uma saída. Em gestão pública é preciso ter coragem para quebrar paradigmas. Não pensar apenas a partir do quadrinho, do organograma. E começando com a gente mesmo: estou aqui, faço isso, aqui não mexe, aqui também não mexe, e acaba não mexendo em nada.

Como o Estado deve se posicionar diante das exigências da sociedade?

O Estado precisa ser mínimo. Não cabe ao Estado compartilhar atividades que o mercado também faz. O Estado, *lato sensu*, faz força hercúlea para que se tenha bons empreendedores, que eles sejam empre-

sários bem sucedidos. Investe, qualifica, dá crédito subsidiado, mas o Estado acaba fazendo a mesma atividade que aquele empresário está fazendo. É uma incoerência.

Um dos focos da Secretaria é o desenvolvimento econômico, como isso é trabalhado?

Entre as medidas para enxugar a máquina, foi incorporada a Secretaria de Indústria, Comércio e Mercosul na Pasta. Estamos em fase de adaptação. Como secretaria, era atividade fim, aqui é de indução, estratégica. Foi criada também a Agência Paraná Desenvolvimento, vincu-

lada à secretaria. Ela é interlocutora da atividade privada com o serviço público. Cabe à secretaria a articulação com o setor produtivo e, nos municípios, atua no desenvolvimento local, cumprindo com seu papel de planejar e de ser indutora de políticas de planejamento estratégico.

Falando em desenvolvimento econômico, qual a visão de futuro?

A Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral precisa trabalhar em projetos estruturantes para o Estado, com visão de 30, 40 anos. Retomamos isso no governo e os principais projetos estruturantes estão saindo agora. Primeiro, a questão do litoral, retomado como um grande polo econômico. Deve ser assinado nos próximos dias uma consultoria, com dinheiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para um estudo completo, a fim de que possamos entregar à sociedade um projeto de investimento que leve em conta a questão ambiental, a questão

da infraestrutura e as condições de cada município. Também deve ser lançado edital para receber investimentos e realizar estudo do corredor de exportação que vai de Dourados (MS) até Paranaguá, com um olhar para Pontal do Sul. É um trabalho enorme a longo prazo, mas que assegura às próximas gerações esse corredor importante de produção. Até o final do ano, deve ser lançado ainda um programa de energias sustentáveis. Pela produção variada do Estado temos capacidade, inclusive, de termos o equivalente a uma nova Copel.

Há espaço para que as pessoas exerçam a criatividade e adotem boas práticas?

Esse estímulo é o caminho e função da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral. A Paraná Projetos está vinculada a nós. O objetivo é ampliar o foco para que os técnicos peguem as boas ideias

que vêm da sociedade e transformem em projetos de Estado. A secretaria tem de trabalhar sistematicamente em projetos, independentemente de governos. Os governos são finitos, mas o Estado não. ■



Paraná sediou o 104.º Fórum Consad

Secretários da Administração defenderam a reforma previdenciária

A reforma da previdência foi o principal tema do 104.º Fórum do Conselho Nacional de Secretários da Administração (Consad), realizado nos dias 14 e 15 de setembro, em Curitiba, com a participação de gestores desta área de todo o Brasil. O encontro, que é realizado a cada três meses, em preparação para o Congresso Nacional da entidade, que acontece uma vez por ano, discutiu também outros temas de interesse dos estados.

“As propostas debatidas no Fórum contribuem para a construção de uma agenda de reformas nos estados e na União”, afirmou o secretário da Administração e Previdência do Paraná, Fernando Ghignone. “Hoje, a grande preocupação das administrações públicas é com recursos financeiros. A maior parte dos estados brasileiros não tem mais capacidade de investimento, porque seus orçamentos estão basicamente tomados pela folha de pagamento. A reforma da previdência impacta na folha e amplia os recursos para que os estados possam investir em infraestrutura, obras, novos projetos e na qualificação profissional de seus servidores”, disse Ghignone.

A presidente do Consad e secretária da Administração da Paraíba, Livânia Farias, ressaltou a grande dificuldade dos estados para manutenção dos fundos previdenciários. “Há um grande déficit previdenciário, tanto nos estados como na União, que precisa ser corrigido. A reforma é necessária e urgente, e deve ser feita com diálogo com os servidores públicos e a sociedade”, afirmou. “O diálogo é necessário para que se chegue a um consenso com relação à reforma e se resolva a questão da previdência a longo prazo. É isto que buscamos neste fórum”, explicou.

ASSUNTO GRAVE

O secretário da Fazenda do Paraná, Mauro Ricardo Costa, ressaltou durante palestra sobre os desafios da previdência, no 104.º Consad, que “o assunto é grave” e destacou a necessidade de a administração pública consolidar a reforma. “É importante que o tema seja debatido e que possamos, por meio deste fórum e de diversos outros encontros, apresentar uma proposta ao Congresso Nacional que de fato permita que o Brasil e os Estados possam ter um equilíbrio no presente e no futuro”, disse. Costa mostrou que, na situação atu-

al, e com a evolução da expectativa de vida no Brasil, haverá dificuldade para se consolidar uma estabilidade. “Até mesmo o Estado do Paraná, que atualmente está equilibrado, futuramente corre risco muito grande se nada for feito”, afirmou, citando que há apenas 1,38 servidor ativo para cada inativo.

“Hoje essa relação é perversa e ao longo dos anos vai piorando. A previsão é de que em 2024 a folha de servidores inativos ultrapasse a folha de pagamentos dos servidores ativos”, afirmou. “Por isso é importante se fazer uma reforma da

previdência agora, para que não ocorra o que já acontece em outros estados, que não encontram mais condições de honrar a folha de pagamento e aposentadorias.”

Atualmente, o regime próprio de previdência social do Paraná conta com déficit total dos fundos de repartição – financeiro e militar – de R\$ 364,3 bilhões. Seria necessário que o Estado tivesse um período de 10 anos sem gastar nada da Receita Corrente Líquida para equilibrar as contas. E 11% dessa receita foi usada em 2016 para pagamento de inativos e pensionistas. ■



© Acervo Leonilson Gomes

ATUAÇÃO PREVENTIVA

O secretário Mauro Ricardo Costa também apresentou algumas das medidas adotadas no Paraná para reduzir o déficit previdenciário. Em 2015, o Estado passou a adotar uma contribuição previdenciária dos servidores inativos e pensionistas. O Paraná também deve colocar em prática um incentivo econômico para que servidores de determinadas áreas, como policiais militares, permaneçam em atividades, mesmo após atingido o período legal de aposentadoria. “O grande mérito do Paraná é atuar preventivamente, antes que situações adversas possam acontecer”, afirmou. “É importante que possamos garantir os recursos necessários ao pagamento da previdência no futuro, não apenas aos atuais aposentados, mas também aos futuros servidores, atendendo também as necessidades da população, ampliando os investimentos e a prestação dos serviços nas diversas áreas”, disse.

DEBATE COM ESPECIALISTAS

Durante o encontro, o diretor de Previdência da ParanaPrevidência, Edson Wasem, coordenou a mesa de debates que discutiu a Reforma Previdenciária nos estados. A mesa foi composta pelo presidente da Comissão de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil, Leonardo Ziccarelli Rodrigues, pela diretora científica do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Melissa Folmann, pela presidente da Fundação Sanepar, Cláudia Trindade e pelo deputado federal Reinhold Stephanes, que fez um breve histórico dos períodos em que atuou como Ministro do Trabalho e Previdência Social e Ministro da Previdência e Assistência Social.



© Acervo Sesa

Saúde premia

PROJETOS INOVADORES

Prêmio Inova Saúde Paraná chega à segunda edição com quase 500 trabalhos inscritos

O 2.º Prêmio Inova Saúde Paraná, que recentemente destacou 18 trabalhos entre 490 inscritos, mostrou a riqueza das ações desenvolvidas pelos profissionais para melhorias na saúde pública. Entre os premiados, 17 são do Paraná. O evento foi realizado simultaneamente à 3.ª Mostra Paranaense de Projetos de Pesquisa para o SUS.

“Esta iniciativa mostra nossa preocupação com a saúde do paranaense. Os quase 500 trabalhos apresentados, com certeza nos ajudarão a fazer com que o SUS seja ainda melhor”, destacou o diretor-geral da Secretaria da Saúde, Sezifredo Paz.

Em cada um dos seis eixos propostos (Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, Políticas Públicas de Saúde e Redes de Atenção à Saúde, Vigilância em Saúde, Tecnologia de Informação e Comunicação em Saúde, Planejamento e Gestão em Saúde e Formação em

Saúde e Integração Ensino Serviço Comunidade), os três primeiros colocados receberam medalha.

DOSE DUPLA

Felipe Assan Remondi, farmacêutico da Regional de Saúde de Londrina, recebeu o primeiro lugar na categoria Políticas Públicas de Saúde e Redes de Atenção à Saúde e também em Planejamento e Gestão em Saúde. Para ele, os trabalhos só foram possíveis graças ao apoio da Secretaria de Estado da Saúde e ao serviço desenvolvido pelos profissionais que atuam nas Regionais de Saúde.

O primeiro trabalho tem como tema a organização farmacêutica. “Ele propõe o apoio dos municípios para a estruturação da assistência farmacêutica, trazendo um olhar de regionalização para que possam se organizar e superar desafios que são comuns a todos”, afirmou Remondi.



Já o outro está relacionado à logística de medicamentos da sessão de insumos. “Nós realizamos o mapeamento de todos os processos da sessão, a otimização destes processos e a introdução de técnicas gerenciais baseadas na gestão de processos do negócio e, assim, pudemos definir indicadores de qualidade e superar as dificuldades existentes”, reiterou o farmacêutico.

VIGILÂNCIA

Luciane de Lima, farmacêutica e chefe da Vigilância Sanitária de Produtos, foi premiada com um projeto que estuda a qualidade da vigilância no serviço público. A farmacêutica conta que tudo começou com a fiscalização de fabricantes de medicamentos, insumos e produtos para a saúde e, aos poucos, foi se expandindo para outras áreas.

“Este trabalho vem sendo desenvolvido desde 2012. Desde a oficialização da nossa Unidade de Qualidade, estamos estruturando procedimentos e documentos para harmonizar as atividades de inspeção”, afirmou Luciana, que reconhece ser esta uma realização em várias mãos. “É incrível como este prêmio mostra o reconhecimento de toda a equipe do Centro Estadual de Vigilância Sanitária. Nós viemos aqui pensando que íamos apenas compartilhar uma boa experiência. Voltar para casa com um prêmio mostra que estamos no caminho certo”, salientou.

INFORMAÇÃO

A Mostra e Prêmio Inova possibilitam, ainda, que os profissionais do Estado tenham acesso a trabalhos de inovação e gestão realizados por pesquisadores de outros Estados. O professor e pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, André Pereira Neto, por exemplo, recebeu o primeiro lugar na categoria Tecnologia de Informação e Comunicação em Saúde.

Ele estudou cerca de 20 sites com conteúdo sobre dengue, tuberculose e aleitamento materno, tanto de entidades públicas quanto de empresas e cidadãos. “A informação se obtém, sobretudo, na internet. O grande problema é que esta informação nem sempre é de qualidade”, disse Pereira Neto. “Nosso objetivo com este projeto é melhorar a qualidade da informação dos sites das entidades de saúde, pois isso favorece o autocuidado, a adesão a tratamentos e a diminuição da mortalidade.”



© Acervo Sesa

PRÊMIO INOVA SAÚDE PARANÁ

A Mostra Paranaense de Projetos de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (SUS) é uma parceria do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (Inesco) com a Escola de Saúde Pública do Paraná, unidade da Secretaria de Estado da Saúde. O Prêmio Inova Saúde Paraná é iniciativa da Fomento Paraná, Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná (Funeas), Companhia Paranaense de Gás (Compagas) e Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar).



É incrível como este prêmio mostra o reconhecimento de toda a equipe do Centro Estadual de Vigilância Sanitária. Nós viemos aqui pensando que íamos apenas compartilhar uma boa experiência. Voltar para casa com um prêmio mostra que estamos no caminho certo.





Portal da Transparência

© Acervo Celepar



Comitê de
Qualidade
da Gestão
Pública
prioriza
transparência,
acessibilidade
e linguagem
simples

Transparência nas ações, aperfeiçoamento da administração pública e facilidade de acesso do cidadão às informações são as linhas mestras que pautam a reformulação do Portal da Transparência (www.transparencia.pr.gov.br) do Poder Executivo do Paraná, uma das ferramentas de comunicação do governo. A intenção é que esse trabalho de qualificação das informações seja contínuo, aproveitando, inclusive, sugestões dos próprios usuários.

“O trabalho envolve todas as secretarias do Estado, com contribuições tanto na estruturação da forma quanto na atualização permanente do conteúdo disponível no Portal”, destacou o presidente do Comitê de Qualidade da Gestão Pública, Deonilson Roldo. A proposta de fazer do Portal da Transparência um instrumento mais interativo e de controle social foi uma das primeiras iniciativas do Comitê, instituído pelo Decreto 2156/15.

O grupo criado para a reformulação tem a atuação direta de três ór-

gãos estaduais: Secretaria da Comunicação Social, Controladoria Geral do Estado e Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar).

A Secretaria da Comunicação Social é a responsável pela definição visual, layout e formato, que possibilita responder de forma rápida, em linguagem simples e atual, os anseios do cidadão no que diz respeito à transparência de informações. No âmbito de suas funções está o estabelecimento de uma rede de representantes em cada um dos órgãos do Estado, responsáveis por fornecer e atualizar as informações.

À Controladoria Geral do Estado cabe o acompanhamento do conteúdo das informações, tendo como parâmetro as legislações federais e estaduais de acesso a informações e transparência. Também é parte de suas funções a definição de critérios de monitoramento tanto em relação ao conteúdo como na acessibilidade e navegabilidade, que seguem os padrões internacionais do W3C.



qualifica informações

A Celepar atua em parceria estreita com os dois órgãos anteriores no desenvolvimento, manutenção e hospedagem da solução de software aplicada ao Portal da Transparência. É dela, ainda, a tarefa de integrar os sistemas fornecedores de informações que estejam sob sua responsabilidade e os do Portal, além de viabilizar o processo de integração com organizações fora da Celepar.

ACESSIBILIDADE

Desde o princípio, a orientação aos técnicos e servidores envolvidos com o trabalho foi para deixar de lado o habitual jargão técnico, estabelecendo um diálogo mais próximo com o cidadão, com o objetivo de a informação ser facilmente entendida. Para isso, foram elaborados um manual de navegação, um glossário e uma seleção de perguntas e respostas, mantidos em links fixos na margem superior, com fácil acesso.

Também criou-se um canal de comunicação com os administradores do Portal da Transparência, por meio de telefone e e-mail. O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) possibilita, igualmente, que o cidadão preencha o Requerimento

de Acesso a Informações caso necessite de dados ainda não disponíveis no Portal. O acesso é garantido pela Lei Federal 12.527/11 e pelo Decreto Estadual 10.285/14.

No ambiente do Portal da Transparência, é possível encontrar, entre outras, informações sobre a estrutura de Governo, Orçamento e Responsabilidade Fiscal, Licitações, Contratos, Patrimônio e Principais Realizações. A Remuneração dos servidores é detalhada e acompanhada de gráficos interativos, que possibilitam filtros de acordo com o interesse do pesquisador, assim como as áreas de Receitas e Despesas. As Principais Realizações são selecionadas por valores e municípios e, em muitos casos, com registro fotográfico.

Na página de abertura do Portal, há uma barra para refinamento da busca. O interessado pode digitar apenas uma palavra do assunto que pretende verificar e serão apresentadas as várias opções de busca. Desta forma, será encaminhado diretamente à página onde encontrará a resposta que deseja.

Por se tratar de um processo contínuo, não apenas na alimentação dos dados, mas também na aplica-

ção de novas técnicas e funcionalidades que possibilitem mais transparência e facilidade na navegabilidade, o novo Portal da Transparência está em sua quarta versão e em fase de preparação de outras. “O importante é apresentar um conteúdo fidedigno, com acessibilidade fácil e linguagem compreensível possibilitando que os cidadãos exerçam o controle social”, reforçou o presidente do Comitê, Deonilson Roldo. ■

O importante é apresentar um conteúdo fidedigno, com acessibilidade fácil e linguagem compreensível possibilitando que os cidadãos exerçam o controle social.





© Acervo ANP

JUNTA COMERCIAL cria o *Empresa Fácil*

O tempo
médio na
abertura de
uma empresa
de baixo risco
foi reduzido
de 15 para
três dias

O Paraná é um dos Estados que mais avançou na expansão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim). Ao todo, 212 dos 399 municípios já estão de alguma forma integrados ao sistema. Isso foi possível graças à estratégia adotada pela Junta Comercial do Paraná (Jucepar) ao criar o Empresa Fácil Paraná, que faz a gestão da rede nacional no Estado, integrando os sistemas dos diferentes órgãos reguladores e licenciadores

“Antes, o empresário ou seu contador tinham que percorrer vários órgãos para viabilizar a abertura, a baixa ou qualquer alteração social na empresa. Com o Empresa Fácil, o que anda é a informação, circulando pelo meio digital, de forma rápida, segura e mais econômica”, disse o presidente da Jucepar, Ardisson Akel. O tempo médio na abertura de uma empresa de baixo risco foi reduzido de 15 para até três dias úteis.

O Empresa Fácil é um programa que possibilita que a constituição, abertura de filial, alterações ou extinção de alguma empresa possa ser realizada diretamente no sistema. “Todo o processo é feito em uma porta única de entrada e pode ser acompanhado pela internet”, afirmou Akel. O site é o www.empresafacil.pr.gov.br

INTEGRAÇÃO

Na consulta prévia é possível verificar online e rapidamente a compatibilidade do endereço para o exercício da atividade pretendida. Simultaneamente, realiza-se pesquisa sobre o nome pretendido e o deferimento de inscrição no CNPJ, em convênio com a Receita Federal. “O cadastro da Junta e da Receita são sincronizados. Qualquer alteração é imediatamente recebida pela Receita”, ressaltou o presidente da Jucepar.

A integração mais recente foi da Receita Estadual, possibilitando que as empresas obtenham a inscrição estadual por meio do sistema, exceto em casos de atividades de risco ou quando forem detectados irregularidades que exijam análise prévia.

Nos municípios já habilitados, as informações chegam à prefeitura, que realiza a análise da viabilidade do local, sem a necessidade de o interessado deslocar-se entre esses dois polos, permitindo a emissão de alvará comercial pelo sistema. Nesse caso, o empresário pode imprimi-lo em seu próprio escritório. Igualmente, órgãos de licenciamento como Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Secretaria de Meio Ambiente e outros recebem a informação.

NOVAS EMPRESAS

Segundo o presidente da Jucepar, desde que a porta única foi adotada em março de 2015, as empresas do Estado adquiriram nova dinâmica. “Entendemos que, ao simplificarmos todo o procedimento de formalização, alteração ou baixa de um negócio, conseguimos oferecer maior celeridade aos processos de que empresários e contadores dependem, fomentando a atividade empresarial em nosso Estado, com consequente geração de empregos e renda.”

A Junta conta com o apoio da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Para-

Empresa FÁCIL



ACESSO: Uso exclusivo dos órgãos estaduais e municipais

SOBRE O PORTAL SERVIÇOS LEGISLAÇÃO PARCEIROS FALE CONOSCO ACESSE O MANUAL



ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO

Informe o protocolo ou CNPJ para MEI

ACOMPANHAR

ná (Celepar) no processo de criação e aperfeiçoamento dos sistemas de registro e licenciamento. Primordial também a parceria com os municípios. “As prefeituras têm nos procurado para fazer parte, porque isso melhora o controle social sobre a atividade econômica no município e coíbe a concorrência desleal”, disse Akel.

No primeiro semestre deste ano, foram abertas 21.221 empresas no Paraná, o que representa um crescimento de 6,5% na comparação com igual período de 2016. Dessas, 98,7% foram constituídas a partir do sistema eletrônico Empresa Fácil. A expectativa da Junta Comercial é que o Estado feche 2017 superando o número de 39.481 empresas abertas no ano anterior, apesar da estagnação da atividade econômica no País.

ACADEMIA

Como forma de facilitar o envolvimento de municípios, empresários e profissionais no sistema implantado, a Junta Comercial do Paraná estabeleceu um programa de treinamento chamado de Academia Empresa Fácil. A iniciativa tem parceria com o Sebrae-PR, Sescap-PR, Conselho Regional de Contabilidade, Fecopar, Sicontiba, Faciap, Fecomércio e Sindicatos dos Contabilistas locais.

Por meio da Academia, são promovidos capacitações online e presenciais gratuitas, percorrendo sobre os processos de abertura, alteração e baixa de empresas por meio

Com o Empresa Fácil, o que anda é a informação, circulando pelo meio digital, de forma rápida, segura e mais econômica.

do Empresa Fácil Paraná. “Os treinamentos abordam desde a natureza jurídica de empresas até programas básicos do Empresa Fácil”, disse Akel. Segundo ele, esse é mais um benefício à disposição dos usuários da Junta Comercial, que está sempre mais comprometida com o oferecimento de serviços com eficiência, qualidade e segurança.

Para ajudar no trabalho, foi editado um Manual de Procedimentos para Arquivamento de Atos na Jucepar, que já está servindo de modelo para outras Juntas Comerciais no País. Além de serem apoio para os relatores e agentes de processo das dezenas de entidades conveniadas e parceiras espalhadas pelo Estado. ■



Desde o início do funcionamento, em 2012, a direção da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) investe em ações para a implantação do sistema de gestão da Agência, entre as quais estão a elaboração de agenda estratégica, a gestão por processos e projetos, o ajuste de estruturas implementadoras da estratégia e a gestão do desempenho organizacional, incluindo a gestão por competências, e sistemáticas de monitoramento e avaliação. Porém, os processos de definição, mensuração e avaliação do desempenho ainda precisam ser padronizados.

Após participar das ações do Programa de Aprendizagem para Resultados, ofertado pela Escola de Gestão do Paraná, o especialista em Administração Pública, Adriano Munhoz Pereira, que é assessor técnico da Adapar na área de planejamento, teve a iniciativa de utilizar os conhecimentos adquiridos para o desenvolvimento de oficinas para modelagem de indicadores, que já estão apoiando a definição, produção, mensuração e a disponibilização de indicadores prioritários para a Agência.

Entre os resultados obtidos estão a capacitação de 45 servidores, no período de abril a agosto de 2017, por meio de três cursos presenciais; a produção e disponibilização do Guia de Indicadores, elaborado a partir do material do Curso EAD Modelagem de Indicadores, da Escola de Gestão; e a realização de três oficinas internas, entre outras ações. 🖨

Oficina para *modelagem de indicadores* na Adapar

A iniciativa é fruto do
Programa de Aprendizagem
para Resultados



ADRIANO MUNHOZ PEREIRA
ASSESSOR TÉCNICO DA ADAPAR

**Para assistir à matéria e saber mais
sobre a Boa Prática, acesse o [link abaixo](#).**

[Produção: equipe de TV e vídeo da Agência Estadual de Notícias]

[Clique aqui](#)





CULTURA



HABITAÇÃO



ASSISTÊNCIA
SOCIAL



ADMINISTRATIVO



EDUCAÇÃO



DIREITO E CIDADANIA



TRABALHO E
EMPREGO



ESTRATÉGICA



AGRICULTURA E
ABASTECIMENTO



PLANEJAMENTO



TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO



MEIO AMBIENTE



SEGURANÇA



SAÚDE



INFRAESTRUTURA



TURISMO



INDÚSTRIA E
COMÉRCIO



DESENVOLVIMENTO
URBANO



CIÊNCIA E
TECNOLOGIA



JUSTIÇA



FAZENDÁRIA

Você já fez a
DIFERENÇA em seu
*ambiente
de trabalho?*

Compartilhe!

REGISTRE SUAS **BOAS PRÁTICAS** OU **PRODUÇÕES ACADÊMICAS** NO
OBSERVATÓRIO INOVAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA NO PARANÁ
E TENHA TAMBÉM SUAS AÇÕES DIVULGADAS NA REVISTA.

PARA COMPARTILHAR SUAS INICIATIVAS, BASTA ACESSAR O
BANNER DO OBSERVATÓRIO NO PORTAL

WWW.ESCOLADEGESTAO.PR.GOV.BR OU PELO **QR CODE** AO LADO.



